



Eu vou de
METRÔ



Nº 13 – MAIO/2015

Informativo do Sindicato dos Metroviários de Pernambuco

FILIAÇÃO A CUT E A FENAMETRO
SINDMETRO-PE
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Metroviárias e Conexas do Estado de Pernambuco



Contra o Arrocho Fiscal e a Retirada de Direitos

O primeiro semestre de 2015 se mostra devastador para o trabalhador. A maioria do povo brasileiro que já vive uma crise cotidiana, em meio ao aluguel caro, serviços públicos ruins, baixos salários e tantos desafios que se enfrenta, agora está sendo obrigado a conviver com um arrocho ainda maior. A economia do país e os lucros dos patrões não andam bem, e o povo trabalhador que tem de pagar a conta? Primeiro os deputados aprovaram uma lei que libera no país a desregulamentação trabalhista, pois empresários agora poderão contratar indiscriminadamente empresas terceirizadas para a execução de todas as funções profissionais. Depois são aprovadas por solicitação da Presidência da República as Medidas Provisórias 664 e 665, que altera direitos como seguro-desemprego, auxílio doença, pensões e o PIS/Pasep, tornando mais difícil o acesso dos trabalhadores a esses direitos. Segundo a presidente Dilma, são medidas necessárias. Mas, cabe

perguntar, necessárias para quem? Se contar apenas os três primeiros meses de 2015, o ranking da margem de lucro dos bancos privados é o seguinte: Itaú em primeiro com R\$ 5,7 bilhões, o Bradesco em segundo com R\$ 4,2 bilhões e em terceiro com R\$ 1,6 bilhão é o Santander. A política econômica do país continua sendo definida com a lógica de preservar o lucro de uns poucos, enquanto a grande maioria da população paga a fatura dessa farra. No Poder Legislativo, do total dos deputados 197 representam os interesses dos bancos, 214 das empreiteiras e 191 são ligados ao agronegócio. No governo federal quem dá as cartas é o Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que é ligado ao mercado financeiro. Diante desse quadro o Sindicato dos Metroviários de Pernambuco convoca toda a categoria e população para Ato Público na Av. Cruz Cabugá, em frente à FIEPE, na sexta-feira, 29 de maio, às 14 horas contra o arrocho fiscal e contra a retirada de direitos e conquistas.

Mobilização foi aprovada no 7º Congresso dos Metroviários

Categoria segue unida na luta contra a Lei da Terceirização e contra as MP's 664 e 665

Nos dias 15, 16 e 17 de maio a categoria metroviária realizou o 7º Congresso dos Metroviários de Pernambuco, no Clube dos Previdenciários, na zona norte do Recife. Um momento de reflexão, debate e planejamento da categoria para o atual cenário conjuntural do estado e do país. Uma das principais deliberações desse encontro foi a adesão da categoria no Dia Nacional de Paralisações em defesa dos direitos dos trabalhadores, convocado pelas centrais sindicais. Quem esteve presente nas ruas dia 15 de abril e 1 de maio, não poderia faltar à luta neste momento

posicionando-se na defesa dos direitos dos trabalhadores, seja da iniciativa privada ou do setor público. Ir às ruas hoje significa manifestar-se contra o corte do seguro desemprego, no setor privado e das pensões no setor público, significa opor-se a Lei das Terceirizações, que desampara a classe trabalhadora brasileira. O Sindmetro/PE não foge à tradição de luta e participa diretamente das manifestações, pois entende que direitos trabalhistas não se negociam e por isso vale continuar lutando junto aos que tiverem disposição de defendê-los.





Enquanto retiram direitos da Classe Trabalhadora os deputados aprovam construção de Shopping Bilionário!

Enquanto aprovam medidas de arrocho e retirada de direitos dos trabalhadores, os deputados acabam de aprovar nessa quarta-feira(20) medidas que ampliam a estrutura dos novos gabinetes dos deputados e a construção de um Shopping Bilionário no Congresso. Isso além de todos os outros projetos para benefício próprio.

TERCEIRIZAÇÃO SÓ É BOM PRO PATRÃO FORA O PL 4330 (plc 30/2015)

Praticamente metade da câmara dos deputados é formada por milionários e quase a totalidade é de empresários. 214 deputados representam empreiteiras. 197 deputados representam os bancos. Outros 190 defendem o agronegócio. Ai vem a bancada da bala, do futebol, das empresas de mídia, além dos lobistas que são intermediários de interesses de grupos internacionais. São esses deputados que estão votando e aprovando todas as medidas provisórias e projetos de lei que retiram direitos dos trabalhadores. Sobretudo o projeto de lei PL 4330 (que agora é PLC 30/2015) que foi aprovado na câmara e que, se aprovado no Senado, na prática acaba com conquistas históricas da classe trabalhadora com 13º Salário, Férias e FGTS além de jogar milhões de trabalhadores na precária situação de terceirizados. O trabalhador terceirizado ganha menos, passa menos tempo no emprego e sofre constantes abusos por parte dos patrões. Por isso, dia 29, vamos às ruas!

Eles querem acabar com os trabalhadores

A MP 664, atinge o Auxílio Doença e o direito as pensões por morte, mudanças que visam restringir a concessão desses direitos com vistas à contenção de despesas públicas da União, que quer atingir a meta de 15 bilhões de reais a menos, nos gastos públicos. Na restrição do acesso a pensão por morte, que atinge também os trabalhadores do setor público, o benefício era concedido ao cônjuge (comprovada à relação de convivência) de forma vitalícia, agora, o cônjuge só terá direito caso comprove o mínimo de dois anos de convivência, além de o trabalhador ter contribuído para previdência por no mínimo 18 meses. Se não fosse o bastante, a proposta ainda prevê que o pagamento do benefício deixará de ser vitalício, passando a ser proporcional a idade do beneficiário. A MP 665 aprovada pelos deputados por curta maioria na primeira semana de maio, aborda sobre mudanças nas regras para o trabalhador ter acesso a direitos como Seguro-Desemprego e o abono salarial (PIS/Pasep). Com a aprovação, o Seguro-Desemprego do trabalhador demitido e que for requerer o direito pela primeira vez, terá de ter trabalhado no mínimo um ano ininterrupto antes da demissão. Após isso, na segunda demissão, esse tempo será de nove meses trabalhados e a partir da terceira solicitação passa a ser de seis meses, como era até a aprovação da mudança.



Estes são alguns dos deputados federais de Pernambuco que votaram contra você, trabalhador!!